

Boa Lion S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Período de
7 de Fevereiro de 2024 a
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Boa Lion S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Boa Lion S.A. (“Companhia”), em fase pré-operacional, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 7 de fevereiro de 2024 (data de início das atividades da Companhia) a 31 de dezembro de 2024 (período), bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Boa Lion S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

A Companhia realiza transações relevantes com partes relacionadas. Essas transações e as condições negociadas estão divulgadas na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 460.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de maio de 2025


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Randal Ribeiro Sylvestre
Contador
CRC nº 1 SP 265237/O-5

BOA LION S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais - R\$)

| <u>ATIVO</u> | <u>Nota explicativa</u> | <u>31/12/2024</u> | <u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u> | <u>Nota explicativa</u> | <u>31/12/2024</u> |
|-------------------------------|-------------------------|-----------------------|--|-------------------------|-----------------------|
| CIRCULANTE | | | CIRCULANTE | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 61.917 | Fornecedores | 10 | 2.489 |
| Outros créditos | 5 | <u>2.538</u> | Encargos e provisões trabalhistas | 11 | 1.067 |
| Total do ativo circulante | | <u>64.455</u> | Impostos, taxas e contribuições a recolher | 12 | 116 |
| | | | Partes relacionadas | 13 | 38 |
| NÃO CIRCULANTE | | | Outras obrigações | 14 | 2.334 |
| Títulos e valores mobiliários | 6 | 5.188 | Passivo de arrendamento | 8 | <u>311</u> |
| Imobilizado | 7 | 198 | Total do passivo circulante | | <u>6.355</u> |
| Direito de uso | 8 | 1.631 | | | |
| Intangível | 9 | <u>30.000</u> | NÃO CIRCULANTE | | |
| Total do ativo não circulante | | <u>37.017</u> | Passivo de arrendamento | 8 | <u>1.368</u> |
| | | | Total do passivo não circulante | | <u>1.368</u> |
| | | | | | |
| | | | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | |
| | | | Capital social | 15 | 108.450 |
| | | | Prejuízos acumulados | | <u>(14.701)</u> |
| | | | Total do patrimônio líquido | | <u>93.749</u> |
| TOTAL DO ATIVO | | <u><u>101.472</u></u> | TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | <u><u>101.472</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BOA LION S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O PERÍODO DE 7 DE FEVEREIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais - R\$)

| | Nota explicativa | 31.12.2024 |
|--|---------------------|------------------------|
| DESPESAS COMERCIAIS | 17 | (6.805) |
| Despesas administrativas | 17 | (10.976) |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | 18 | (322) |
| DESPESAS OPERACIONAIS | | <u>(18.103)</u> |
| PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | | <u>(18.103)</u> |
| RECEITAS FINANCEIRAS | 19 | 3.605 |
| Despesas financeiras | 19 | (22) |
| Variação cambial líquida | 19 | (181) |
| RESULTADO FINANCEIRO | | <u>3.402</u> |
| PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | | <u>(14.701)</u> |
| PREJUÍZO DO PERÍODO | | <u><u>(14.701)</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BOA LION S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O PERÍODO DE 7 DE FEVEREIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

| | <u>31.12.2024</u> |
|---------------------------------------|------------------------|
| PREJUÍZO DO PERÍODO | (14.701) |
| Outros resultados abrangentes | - |
| RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO | <u><u>(14.701)</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BOA LION S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O PERÍODO DE 7 DE FEVEREIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

| | <u>Nota explicativa</u> | <u>Capital social</u> | <u>Prejuízos acumulados</u> | <u>Total</u> |
|---------------------------------------|-----------------------------|---------------------------|---------------------------------|---------------|
| CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA EM 07/02/2024 | 14 | 50 | - | 50 |
| Integralização de capital social | 14 | 108.400 | - | 108.400 |
| Resultado do período | | - | (14.701) | (14.701) |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 | | <u>108.450</u> | <u>(14.701)</u> | <u>93.749</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BOA LION S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O PERÍODO DE 7 DE FEVEREIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

| | Nota explicativa | 31.12.2024 |
|--|---------------------|-----------------|
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| Prejuízo do período | | (14.701) |
| Ajustes: | | |
| Depreciação | 7 e 8 | 29 |
| Juros de arrendamento | 8 | 20 |
| Juros de aplicações financeiras | 6 | (188) |
| Provisões de marketing | 14 | 2.142 |
| Redução (aumento) dos ativos operacionais: | | |
| Adiantamentos | 5 | (33) |
| Impostos a recuperar | 5 | (555) |
| Outros créditos | 5 | (313) |
| Aumento (redução) dos passivos operacionais: | | |
| Fornecedores | 10 | 851 |
| Salários e encargos trabalhistas | 11 | 1.067 |
| Impostos, taxas e contribuições a recolher | 12 | 116 |
| Partes relacionadas | 13 | 38 |
| Outras obrigações | 14 | <u>192</u> |
| Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais | | <u>(11.335)</u> |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | |
| Compra de ativo imobilizado | 7 | (198) |
| Aquisição de outorga para exploração de jogos | 9 | (30.000) |
| Aplicações financeiras | 6 | <u>(5.000)</u> |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | | <u>(35.198)</u> |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | |
| Aumento de capital social | 15 | <u>108.450</u> |
| Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento | | <u>108.450</u> |
| | | <u>61.917</u> |
| AUMENTO LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | | |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período | | - |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do período | 4 | 61.917 |
| | | <u>61.917</u> |
| AUMENTO LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | | |
| | | <u>61.917</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BOA LION S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA, EM FASE PRÉ-OPERACIONAL PARA O PERÍODO DE 7 DE FEVEREIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Boa Lion S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com sede na Avenida Doutor Gastão Vidigal, nº 1.305, no 14º na cidade de São Paulo. A Companhia tem como seus acionistas a MGM Resorts International, constituída e existente de acordo com as leis do Estado de Nevada, Estados Unidos da América, por meio de sua subsidiária LV Amazonas Holding AB e a Organizações Globo Participações S.A.

A Companhia tem por objeto social as seguintes atividades: Exploração de loterias e negócios correlatos, incluindo o desenvolvimento e exploração de loterias e apostas de quotas fixas, de acordo com a legislação aplicável; e participação em sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista.

A Companhia foi fundada em 7 de fevereiro de 2024. No período de 2024 se manteve em fase pré-operacional. Durante essa fase, os recursos financeiros necessários para início das operações serão supridos por seus acionistas.

A Companhia foi criada após a promulgação da Lei 14.790/2023 que dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de cota fixa e regulamenta o setor através da criação de regras para utilização de plataformas legalizadas. A lei determina que apostador possa apostar, ato por meio do qual se coloca determinado valor em risco na expectativa de obtenção de um prêmio, nas modalidades de cassino, live cassino, esportes e bingo. A Companhia foi autorizada a operar em 30/12/2024, iniciando suas atividades em 9 de janeiro de 2025, sobre a marca BetMGM®.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados bens do ativo imobilizado e intangível e instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito na nota explicativa nº 3.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão, atendendo a norma contábil OCPC 7.

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, a Companhia aplicou a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

As demonstrações foram elaboradas para o período de 11 meses de 7 de fevereiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024. Ao longo das demonstrações financeiras, esse período de 11 meses será doravante referido apenas como “período”.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo, considerados de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação adotada pela Companhia é o real (R\$). As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são calculados e apresentados nas demonstrações financeiras com base na taxa de conversão de câmbio vigente nas datas das demonstrações financeiras.

3.3. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Durante período de 11 meses findos em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não exerceu sua atividade operacional principal, os instrumentos financeiros registrados representam apenas operações pré-operacionais.

Ativos financeiros

Estão classificados nas seguintes categorias específicas: (a) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado; ou (b) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo.

- No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.
- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Um ativo financeiro, além dos mantidos para negociação, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria ou o ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos.
- Seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base.
- Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas dos balanços (que são classificados como ativos não circulantes). A Companhia não possui saldos de empréstimos e recebíveis em 31/12/2024.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Juros, atualização monetária, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”.

Passivos financeiros

São classificados como: (a) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; ou (b) outros passivos financeiros.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para a recompra no curto prazo.
- Fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pela Companhia e tiver um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo.
- For um derivativo não designado como instrumento de “hedge” efetivo.

Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que, de outra forma, iria surgir.
- For parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros, ou ambos, gerenciado e com seu desempenho avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou estratégia de investimentos documentados da Companhia, e quando as informações a respeito da Companhia forem fornecidas internamente com a mesma base.
- O passivo financeiro for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o pronunciamento técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado.

Outros passivos financeiros

São mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Esse método é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

A Companhia baixa os passivos financeiros somente quando suas obrigações são extintas, canceladas ou vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.4. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil-econômica estimada dos bens. Quando aplicável, os custos de empréstimos e financiamentos atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, que levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são acrescidos ao custo desses ativos até a data em que estejam prontos para o uso.

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 7, que levam em consideração a vida útil dos bens, que é revisada anualmente.

3.5. Contratos de arrendamento

A Companhia adotou inicialmente o CPC 06 (R2)/IFRS 16.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamento no balanço patrimonial para arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatária, reconheceu o ativo de direito de uso que representa seu direito de utilizar o ativo subjacentes e os passivos de arrendamento que representa sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 utilizando a norma, na qual o efeito cumulativo da adoção inicial é reconhecido como um ajuste no saldo de abertura.

3.6. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são compostos por direito de uso de exploração de jogos, concedidos pelo contrato de licença no montante de R\$30 milhões de reais para operar por 5 anos.

3.7. Avaliação do valor recuperável dos ativos

A Administração deve revisar anualmente o valor contábil líquido dos bens do imobilizado e intangível e, quando aplicável, outros ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente em Unidades Geradoras de Caixa - UGCs. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável no resultado do período.

A Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2024.

3.8. Contas a pagar e fornecedores

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos até as datas dos balanços.

3.9. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável. Quando alguma dessas características não é atendida, a Companhia não reconhece nenhuma provisão.

A Companhia constitui provisão para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de natureza tributária, cível e trabalhista. A provisão é constituída a partir de uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de desfecho com resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam transitadas em julgado com posição favorável à Companhia em caráter definitivo e quando é certo que esta irá realizar o ativo. A Companhia não reconheceu em 2024 nenhuma provisão de risco tributário, cíveis e trabalhistas.

3.10. Imposto de renda e contribuição social - correntes

Reconhecidos sobre as diferenças temporárias nas datas dos balanços entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. A alíquota vigente de Imposto de Renda (IR) é de 15% sobre o lucro tributável e poderá haver adicional de 10% e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) 9% também sobre o lucro tributável.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada nas datas dos balanços e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Como a Companhia estava em fase pré-operacional em 2024 e não há evidências que demonstrasse a possibilidade de recuperar o prejuízo fiscal, a Administração optou por não reconhecer impostos diferidos ativos em 2024.

3.11. Apuração do resultado e reconhecimento da receita

A receita de venda é reconhecida no resultado quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador e todas as demais condições requeridas para o reconhecimento da receita estão satisfeitas, conforme segue:

(a) a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos; (b) o valor da receita tem sido mensurado confiavelmente; (c) os benefícios econômicos associados às transações de vendas têm fluído para a Companhia e é provável que continuem fluído no caso dos valores líquidos a receber; e (d) todas as despesas incorridas referentes às transações foram confiavelmente mensuradas e registradas. As receitas de vendas são apresentadas líquidas dos impostos incidentes e dos impactos de devoluções e descontos. Conforme nota explicativa nº 1, a Companhia não operou em 2024.

3.12. Despesas financeiras

Representam juros decorrentes de operadoras de cartão, empréstimos e financiamentos e demais despesas bancárias.

3.13. Dividendos

Os acionistas terão direito a receber, como dividendo obrigatório, em cada exercício, um percentual equivalente a, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício social.

3.14. Uso de estimativas e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração faça uso de estimativas e adote premissas para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Em 2024 a Companhia não possui estimativas relevantes.

Para preparar a demonstração financeira a Administração realiza julgamentos durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia que afetam mais significativamente os valores reportados nas demonstrações financeiras. Para o período encerrado em 31 de dezembro de 2024, devido ao estado pré-operacional da Companhia, não foi necessário aplicar julgamento relevantes durante a preparação das demonstrações financeiras.

3.15. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo CPC, que entraram em vigor em 2024 e estão a seguir relacionadas:

| Pronunciamento | Descrição | Aplicável a períodos anuais com início em ou após |
|---|---|---|
| CPC 26 (IAS 1) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes | As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes no final do período de relatório, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas no final do período de relatório, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. | 01/01/24 |
| CPC 6 (R2)/IFRS 16 - Passivo de Arrendamento em uma Transação de "Sale and Leaseback" | As alterações à IFRS 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de "sale and leaseback" que satisfazem as exigências da IFRS 15 para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine 'pagamentos de arrendamento' ou 'pagamentos de arrendamento revisados' de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido por ele, após a data de início. | 01/01/24 |
| CPC 3 (R2)/IAS 7 e CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores | As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores, como um exemplo, dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. | 01/01/24 |

A Companhia não identificou impactos relevantes em decorrência das normas e interpretações emitidas.

A Companhia não adotou antecipadamente as novas normas do CPCs e IFRSs. A seguir as principais revisões já emitidas e ainda não vigentes:

| Pronunciamento | Descrição | Aplicável a períodos anuais com início em ou após |
|--|---|---|
| IAS 21/CPC 02: Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade | As alterações estabelecem critérios para avaliar a conversibilidade de uma moeda e determinar a taxa de câmbio quando esta não for conversível. Considera-se conversível a moeda obtida dentro de um prazo razoável por meio de mercado ou câmbio com direitos exequíveis; caso contrário, é tratada como não conversível. | 01/01/2025 |
| IFRS 18/CPC 3 (R2) - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras | O IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras foi emitido pelo IASB em abril de 2024, substituindo o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 R1 no Brasil). Ele introduz novos requisitos para a demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. A norma exige que receitas e despesas sejam classificadas em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, tributos sobre o lucro e operações descontinuadas, sendo que as três primeiras categorias são novas. | 01/01/2027 |

Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia em virtude dessas alterações.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | <u>2024</u> |
|--------------------------|---------------|
| Bancos - conta movimento | 1.581 |
| Aplicações financeiras | <u>60.336</u> |
| | <u>61.917</u> |

As aplicações financeiras são representadas por aplicações de liquidez imediata (Certificados de Depósito Bancário - CDBs), registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, e remuneradas a taxas que giram em torno de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, podendo ser resgatadas a qualquer momento, por solicitação da Companhia, sem modificação substancial de seus valores.

Em virtude de as aplicações financeiras terem conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estarem sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor são qualificadas e foram registradas como caixa e equivalentes de caixa.

5. OUTROS CRÉDITOS

| | <u>2024</u> |
|--------------------------------|--------------|
| Adiantamento a fornecedores | 33 |
| IRRF s/ aplicação financeiras | 555 |
| Premios de seguros a apropriar | 143 |
| Outras despesas antecipadas* | <u>1.807</u> |
| Total | <u>2.538</u> |

* R\$1.783 correspondem a despesas antecipadas de licenças de softwares cuja assinatura é de até 12 meses.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

| | <u>2024</u> |
|--------------------------------------|--------------|
| Títulos e Valores Imobiliários (LFT) | <u>5.188</u> |
| Total | <u>5.188</u> |

Os títulos e valores mobiliários de longo prazo são compostas integralmente por Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), indexados à variação da taxa das Letras Financeiras do Tesouro ("LFT"). Em 31 de dezembro de 2024, a remuneração média destas aplicações financeiras correspondia a SELIC + 0,07% ao mês.

O saldo refere-se à obrigação da Companhia de constituir reserva financeira no montante mínimo como medida preventiva para o caso de insolvência ou iliquidez, destinada a garantir o pagamento de prêmios e demais valores devidos aos apostadores, conforme portaria normativa SPA/MF nº 615, de 16 de abril de 2024.

7. IMOBILIZADO

| | <u>Vida útil estimada em anos</u> | <u>Custo</u> | <u>Depreciação Acumulada</u> | <u>Valor residual</u> |
|----------------------------|---------------------------------------|--------------|----------------------------------|---------------------------|
| Móveis e utensílios | 5-15 | 42 | (1) | 42 |
| Computadores e periféricos | 10 | <u>156</u> | <u>(1)</u> | <u>155</u> |
| Total | | <u>198</u> | <u>(1)</u> | <u>198</u> |

A movimentação de imobilizado está demonstrada a seguir:

| | |
|---------------------------------|------------|
| Saldo em 7 de fevereiro de 2024 | - |
| Adições | 198 |
| Depreciações | <u>(1)</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | <u>198</u> |

8. DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

| | Vida útil estimada em anos | Custo | Depreciação Acumulada | Valor residual |
|----------------------|----------------------------------|---------------------|--------------------------|-------------------|
| Imóveis Arrendamento | | 1.659 | (28) | 1.631 |
| Total | | <u>1.659</u> | <u>(28)</u> | <u>1.631</u> |
| | | <u>2024</u> | | |
| Aluguel a pagar - CP | | 291 | | |
| Juros a pagar | | 20 | | |
| Aluguel a pagar - LP | | <u>1.368</u> | | |
| Total | | <u><u>1.679</u></u> | | |

A Companhia possui um contrato de arrendamento relacionado ao direito de uso de imóvel, demonstrada a seguir:

| | <u>Taxa de juros ao ano</u> | <u>Vencimento</u> | |
|------------------|-----------------------------|-------------------|---------------------|
| Moeda nacional: | | | |
| Arrendamento | 14,73% | Dezembro/2029 | 1.679 |
| Total | | | <u><u>1.679</u></u> |
| Apresentados em: | | | |
| Circulante | | | 311 |
| Não circulante | | | 1.368 |

A movimentação de arrendamento está demonstrada a seguir:

| | |
|----------------------------------|---------------------|
| Saldo em 07 de fevereiro de 2024 | - |
| Adições | 1.659 |
| Juros | 20 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | <u><u>1.679</u></u> |

Conforme estabelecido entre as partes, o início do pagamento do aluguel ocorrerá somente a partir de maio de 2025. Esse prazo foi acordado para permitir que a empresa realizasse as reformas e adaptações necessárias para o pleno funcionamento do espaço, adequando-o às suas necessidades operacionais. Dessa forma, em dezembro de 2024 não há registros de pagamento de aluguel. Com suas despesas linearizadas em 60 meses, de acordo com o contrato.

9. INTANGÍVEL

| | Vida útil estimada em anos | Custo | Amortização acumulada | Valor residual |
|---------------------------------------|-------------------------------|----------------------|--------------------------|----------------------|
| Direito de uso de exploração de jogos | 5 | 30.000 | - | 30.000 |
| Total | | <u><u>30.000</u></u> | <u><u>-</u></u> | <u><u>30.000</u></u> |

O saldo de Direito de uso e exploração de jogos está destinado ao licenciamento da Companhia para operar no ramo comercial de apostas esportivas nos próximos 5 anos, de acordo com a Lei 14.790/2023, Art. 12. Em 2024, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional, e, portanto, começará a ser amortizado em 2025 quando iniciar suas operações.

10. FORNECEDORES

| | <u>2024</u> |
|-------------------------------|---------------------|
| Licença de uso de software | 1.625 |
| Honorários de pessoa jurídica | 628 |
| Custos de produção comercial | <u>236</u> |
| Total | <u><u>2.489</u></u> |

11. ENCARGOS E PROVISÕES TRABALHISTA

O saldo de salários, encargos e provisões sociais da Companhia está representado em 31 de dezembro de 2024 da seguinte forma:

| | <u>2024</u> |
|--------------------------------|---------------------|
| INSS sobre salários a recolher | 378 |
| IRRF sobre salários a recolher | 369 |
| Provisão de férias | 173 |
| FGTS a recolher | 76 |
| Provisão INSS sobre férias | 46 |
| Provisão FGTS sobre férias | 14 |
| Outros | <u>11</u> |
| Total | <u><u>1.067</u></u> |

12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

| | <u>2024</u> |
|------------------------------------|-------------------|
| PIS a recolher | 5 |
| COFINS a recolher | 31 |
| IRRF a recolher | 27 |
| PIS, COFINS e CSLL retido na fonte | <u>53</u> |
| Total | <u><u>116</u></u> |

13. PARTES RELACIONADAS

| | <u>2024</u> |
|------------------------|-------------|
| “Intercompany” a pagar | 38 |
| Total | <u>38</u> |

Refere-se exclusivamente a pagamentos efetuados pela LeoVegas Gaming p.l.c. em nome da Companhia, os quais serão reembolsados em curto prazo.

No período de 11 meses findos em 31 de dezembro de 2024 a Companhia incorreu em R\$2.340 de despesas com a parte relacionada Leovegas PLC.

Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores em 2024 foi de R\$742.

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

| | <u>2024</u> |
|-----------------------|--------------|
| Seguros a pagar | 192 |
| Provisão para bônus | 165 |
| Provisão de Marketing | 1.977 |
| Total | <u>2.334</u> |

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital compreende R\$108.450 dividido em 100.000.000 de ações ordinárias normativas, sem valor nominal, distribuídas entre os acionistas na forma prevista no Livro de Registro de Ações Normativas da Companhia totalmente integralizado em agosto de 2024.

| <u>Acionista:</u> | <u>%</u> | <u>Valor R\$</u> |
|---------------------------------------|----------|------------------|
| LV Amazonas Holding AB | 50,01 | 54.261 |
| Organizações Globo Participações S.A. | 49,99 | <u>54.189</u> |
| Total | 100 | <u>108.450</u> |

b) Dividendos

Do lucro líquido apurado, os acionistas terão direito a um dividendo anual não cumulativo de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício.

A Lei nº 14.790/2023 estabelece a exigência de que ao menos 20% do capital da empresa que opera seja brasileira. A Companhia tem a Organizações Globo Participações S.A. com 49,99% sendo brasileira, e a LV Amazonas Holding AB sendo estrangeira com 50,01%.

16. RECEITA OPERACIONAL

- a) A Lei nº 13.756/2023 traz a obrigatoriedade de arrecadação sobre a receita líquida 12% do valor apurado e retido.
- b) A Lei nº 14.790/2023, também traz uma cobrança mensal de taxa de autorização escalonada que deve ser recolhido no mês subsequente e este são considerados como parte dos componentes de que constituem a receita líquida.

17. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COMERCIAIS

| | <u>2024</u> |
|--------------------------------|-----------------|
| Despesas Com Pessoal | (4.213) |
| Despesas Gerais Comerciais | (6.805) |
| Serviços Profissionais | (5.722) |
| Despesas Gerais Administrativa | (1.012) |
| Amortizações/Depreciações | (29) |
| Total | <u>(17.781)</u> |

18. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

| | <u>2024</u> |
|---|--------------|
| IOF | (10) |
| Impostos, Taxas e Contribuições | (1) |
| CIDE s/ fechamento de câmbio - serviços | (23) |
| COFINS s/ fechamento de câmbio - serviços | (35) |
| IRRF s/ fechamento de câmbio - serviços | (236) |
| ISS s/ fechamento de câmbio - serviços | (9) |
| PIS s/ fechamento de câmbio - serviços | (8) |
| Total | <u>(322)</u> |

19. RESULTADO FINANCEIRO

Receitas financeiras

| | <u>2024</u> |
|------------------------------------|--------------|
| Descontos Obtidos | 2 |
| Receitas de aplicações financeiras | 3.779 |
| PIS s/ receitas financeiras | (25) |
| COFINS s/ receitas financeiras | (151) |
| Total | <u>3.605</u> |

Despesas financeiras

O saldo de despesas operacionais da Companhia está representado em 31 de dezembro de 2024 da seguinte forma:

| | <u>2024</u> |
|------------------------------|--------------------|
| Taxas e Tarifas bancárias | (1) |
| Juros pagos ou incorridos | (1) |
| Juros sobre contrato aluguel | <u>(20)</u> |
| Total | <u><u>(22)</u></u> |

As despesas financeiras têm como origem, descontos concedidos, tarifas bancárias e juros pagos e incorridos.

Variação cambial

O saldo de variação cambial da Companhia está representado em 31 de dezembro de 2024 da seguinte forma:

| | <u>2024</u> |
|--------------------------|---------------------|
| Variação Cambial Passiva | 187 |
| Variação Cambial Ativa | <u>(6)</u> |
| Total | <u><u>(181)</u></u> |

O saldo refere-se à variação cambial com taxa de 6,1287 de acordo com o Banco Central, decorrente da transferência das partes relacionadas.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os valores contábeis dos ativos, passivos e instrumentos financeiros comparados a valores que poderiam ser negociados em um mercado ativo, ou na ausência deste, aproximam-se substancialmente de seus valores de mercado em 31 de dezembro de 2024.

20.1 Categorias de instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2024

| <u>Ativos financeiros</u> | <u>2024</u> |
|--------------------------------|----------------------|
| Custo amortizado: | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 61.917 |
| Títulos e valores imobiliários | <u>5.188</u> |
| Total | <u><u>67.105</u></u> |
| | |
| <u>Passivos financeiros</u> | <u>2024</u> |
| Custo amortizado: | |
| Fornecedores | 2.489 |
| Partes relacionadas | 38 |
| Arrendamento | <u>311</u> |
| Total | <u><u>2.838</u></u> |

A Administração é de opinião que os instrumentos financeiros, reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado nas datas dos balanços.

Contudo, tendo em vista que não há mercado ativo para esses instrumentos, as diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

20.2 Valores justos

A Companhia divulga o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos respectivos valores justos diferem dos saldos contábeis.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contabilizados.

20.3 Gerenciamento de riscos

De acordo com a natureza dos instrumentos financeiros, envolvendo riscos conhecidos ou não, a Administração utiliza estimativas para mensurar os riscos. Os principais fatores de risco que poderiam afetar a Companhia são:

a) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Em virtude de o crédito do jogador ser atrelado a um depósito inicial, não identificamos risco de crédito de clientes, visto que ele poderá jogar apenas se tiver efetuado o depósito mínimo requerido na plataforma.

b) Risco de capital

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são assegurar a continuidade das operações para oferecer retorno aos cotistas, além de manter uma estrutura de capital adequada para minimizar os custos a ela associados.

A estrutura de capital da Companhia consiste em saldos de caixa e equivalentes de caixa e mútuos com partes relacionadas, sendo, periodicamente, revisados pela Administração quanto à capacidade de liquidar os compromissos financeiros da Companhia.

c) Risco de liquidez

A Administração é responsável pela liquidez da Companhia e, dessa forma, mantém controles para garantir reservas adequadas, linhas de crédito bancário e outras formas de obtenção de empréstimos, para honrar os valores devidos nos vencimentos.

A tabela a seguir demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros e arrendamentos da Companhia (valor nominal com juros futuros).

| | Projeção incluindo juros futuros | | | Total |
|---------------------------------------|----------------------------------|---------------|-----------------|-------|
| | Até 1 ano | De 1 a 3 anos | Acima de 3 anos | |
| Fornecedores | 2.489 | - | - | 2.489 |
| Partes relacionadas | 38 | - | - | 38 |
| Passivo de arrendamento | 346 | 1.037 | 1.033 | 2.416 |
| Obrigações trabalhistas e tributárias | 1.067 | - | - | 1.067 |
| Total | 3.940 | 1.037 | 1.033 | 6.010 |

d) Risco de taxas de juros

Os resultados da Companhia e de sua controlada são afetados pelo CDI a “Caixa e equivalentes de caixa”. Adicionalmente, a Companhia não celebrou contratos de instrumentos financeiros derivativos em 2024. As principais taxas que poderiam afetar a Companhia e as principais rubricas são:

- Aplicações financeiras

Representadas por CDBs, remunerados pelo CDI com direito à liquidação estipulada por contrato, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 4 e nº 6.

21. INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

A Administração da Companhia define como “Caixa e equivalentes de caixa” valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Sociedade estão apresentadas a seguir:

| | <u>2024</u> |
|---|-------------|
| Transferência entre despesa antecipada e fornecedor | 1.638 |

22. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia em 2024 estava em negociações para efetuar a contratação da cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, por responsabilidade civil, bem como do estabelecimento comercial.

23. CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2024 não há passivo contingente registrado na contabilidade, tendo em vista que os advogados e consultores não apontam contingências de quaisquer naturezas.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 20 de janeiro de 2025, a Companhia aumentou o capital social passando de R\$108.450 para R\$168.450, sendo o aumento no valor de R\$60.000 milhões realizado mediante a emissão de 60.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, a ser subscrito e integralizado, nesta data, pelo preço de emissão de R\$1,00 por ação.

As 60.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ora emitidas foram subscritas pelos acionistas LV Amazonas Holding AB no total de 30.006 e Organizações Globo Participações S.A. no total de 29.994, mantendo o mesmo “share” de participações de 50,01% e 49,99%, respectivamente.

O registro na Junta Comercial da referida alteração ocorreu somente no fim do mês de março de 2025.

25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 23 de maio de 2025.
